

O Custo da Incerteza

O espantoso caso da, agora famosa, Emenda Ibsen Pinheiro, que tira do Estado do Rio de Janeiro cerca de 7 bilhões de reais por ano, ou ainda, 42 bilhões de reais, 40% do PIB do Estado, até as Olimpíadas de 2016, nos remete de volta a questão da necessidade de estabilidade institucional como condição chave para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, essa mudança de regras do jogo tem um custo muito alto para as diversas camadas da sociedade. Nesse ensaio, tento pincelar os impactos e custos da incerteza em diversas dimensões para fomentar o repúdio aos que tentam promovê-la tendo como fim qualquer benesse individual. Isso mesmo, "joga pedra na Geni, ela é feita para apanhar (...)!"

Para ilustrar o custo da incerteza começemos com um exemplo bem mundano do nosso cotidiano, suponha que o Dr. João lhe convidou para prestar um serviço e que o preço de mercado daquele serviço é de mil reais. Como o Dr. João tem reputação de ser um bom pagador, o resultado mais provável é que você e o Dr. João assinem um contrato de mil reais, que o serviço seja executado e pago. Agora suponha que o Dr. João lhe conte que gostaria que aquele serviço fosse executado e que ao final do serviço prestado vocês rolariam um dado, caso o resultado fosse par ele lhe pagaria, caso o resultado fosse ímpar ele lhe daria um calote. Quanto, nesse caso, você cobraria do Dr. João? Para começo de conversa no mínimo dois mil reais, afinal, você só recebe com 50% de chance. Mas a questão não é tão simples assim, essa incerteza tem um custo: (i) será que você vai executar o serviço com o mesmo carinho que executaria se tivesse a certeza do recebimento?, (ii) será que você terá a mesma produtividade e motivação para executar aquele serviço?, (iii) Não seria melhor pegar um serviço normal de mil reais, ao invés de entrar nesse jogo? Quanto você cobraria a mais para participar? Se fosse 30% de sobre-preço para você topar o jogo, o Dr. João correria o risco de ter que pagar R\$ 2.600,00 por um serviço que custa mil. Isso mesmo, 160% a mais!

O caso da emenda parlamentar em tela é apenas um exemplo onde o Brasil resolve brincar de ser o Dr. João. Quantas pessoas e empresas não investiram no Rio de Janeiro tendo como base a receita dos royalties de petróleo? O custo dessa mudança de regras do jogo não é apenas a dramática deterioração financeira de um estado por anos, mas também um peso na psique de todas as pessoas e empresas que investem no Brasil, que passarão a demandar uma taxa de retorno mais alta para executar as mesmas tarefas. Ou seja, um custo mais alto para o povo brasileiro que trabalha e paga seus impostos, que agora, para adquirir bens de consumo e serviços públicos de qualidade terá de pagar mais caro. Escrever uma emenda que fere de forma flagrante dispositivos constitucionais, o diploma legal mais alto da República, é uma falta de consideração a tudo que se tenta construir nesse país a duras penas ao longo dos anos. Uma brincadeira de mal gosto, que só distrai a população e seus governantes do seu dever-faire. Na democracia, temos que conviver com um certo grau de incerteza inerente ao ato coletivo de eleição dos representantes do povo, que traz enorme benefício, na medida em que o incentivo eleitoral fomenta boas decisões políticas. No entanto, conviver com a incerteza sobre outras questões do cerne do estado de direito significa viver em um verdadeiro caos institucional.

Em setembro e outubro de 2009, nesta mesma coluna, eu previ que haveria um conflito federativo sério sobre os recursos do pré-sal, mas não poderia imaginar que alguém teria mal gosto suficiente para tentar mudar regras já vigentes com conseqüências relevantes sobre contratos já existentes, inclusive o contrato da dívida do Estado do Rio de Janeiro com a União renegociado em 1999 amparado justamente pelos royalties. A explicação para tamanho mal gosto é uma simples estratégia política para que os estados produtores ameaçados pelo caos aceitem repartir o novo na rodada seguinte da negociação. Ou para que o novo sistema de exploração do

petróleo, o de partilha ao invés do de indenização, hoje vigente, seja aprovado tendo em vista que o principal tema de discussão passou a ser o conflito federativo. Mas aqui, na minha opinião, os fins não justificam os meios, sabe-se lá quanta incerteza foi gerada, por essa estratégia? Quantos projetos, pessoas e empresas estão no limbo por causa dessa emenda? Será que faltou criatividade, para evitar brincar com a maior conquista recente deste país que é a estabilidade institucional?

Igor Barenboim é Ph.D. em Economia por Harvard e Subsecretário Municipal de Administração do Rio de Janeiro